

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 141, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.**

“Cria o Conselho Municipal do Esporte do Município de Eldorado do Sul”

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

**Art. 1º** Fica criado, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, o Conselho Municipal do Esporte.

**Art. 2º** O Conselho do Esporte é órgão colegiado de caráter consultivo, normativo, deliberativo, fiscalizador e orientador das políticas públicas de esporte e lazer.

**Art. 3º** O Conselho do Esporte tem por finalidade auxiliar na organização do esporte na consolidação de políticas públicas e na melhora do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do esporte e lazer municipal.

**Art. 4º** O Conselho Municipal do Esporte tem as seguintes competências básicas:

I – cooperar com o Conselho Estadual de Desportos e com os órgãos federais e estaduais incumbidos da execução das Políticas de Esporte e Lazer;

II – adotar medidas e apoiar iniciativas em favor do incremento da prática do esporte e de atividades físicas e de lazer, objetivando a saúde e o bem-estar do cidadão, observando o cumprimento dos princípios e normas legais;

III – fornecer, quando solicitado, auxílio e informações ao Poder Público e à comunidade quanto a programas e projetos que visem a melhoria da prática do esporte no Município;

IV – opinar, quando consultado, sobre a concessão de auxílios e recursos financeiros às entidades e associações esportivas regularizadas e sediadas no Município;

V – zelar pela memória do esporte;

VI – contribuir para a formulação da política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo visando potencializar benefícios sociais gerados pela prática de atividade física e esportiva;

VII – acompanhar, a partir de análises orçamentárias, entre outras que se façam necessárias, a gestão de recursos públicos voltados para a prática de atividades

físicas e de esporte, bem como avaliar os ganhos sociais obtidos e o desempenho dos programas e projetos aprovados, manifestando-se a respeito e sugerindo aprimoramentos;

VIII – realizar os esforços necessários ao esclarecimento de dúvidas quanto à correta utilização por parte das entidades beneficiárias, de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte;

IX – sugerir medidas de incentivo nas áreas de esporte e lazer;

X – propor e acompanhar a realização de seminários, cursos e congressos sobre assuntos relativos ao esporte em geral, divulgando amplamente suas conclusões à população e aos usuários dos serviços abordados;

XI – analisar propostas e sugestões manifestadas pela sociedade, encaminhando-as ao órgão competente;

XII – desenvolver estudos, projetos, debates, pesquisas relativas à situação do esporte e lazer no Município;

XIII – contribuir com os órgãos da administração municipal no planejamento de ações concernentes a projetos de ginástica, recreação e esporte;

XIV – elaborar e aprovar, em reunião plenária, o Regimento Interno do Conselho;

XV – organizar, anualmente, a Conferência Municipal de Esporte e Lazer.

**Art. 5º** O Conselho do Esporte tem a seguinte estrutura:

I – Plenário;

II – Mesa Diretora;

III – Secretaria Executiva.

**Art. 6º** O Regimento Interno do Conselho Municipal do Esporte disporá sobre a competência do Plenário, da Mesa Diretora e da Secretaria Executiva.

**Art. 7º** O Conselho Municipal do Esporte será constituído por 14 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo distribuídos da seguinte forma:

I – três representantes da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo;

II – dois representantes da Câmara de Vereadores;

III – um representante de entidade esportiva relacionada a artes marciais;

IV – um representante de entidade esportiva relacionada às ginásticas;

V – um representante de entidade esportiva relacionada a clubes de futebol;

VI – um representante de entidade esportiva relacionado a outras modalidades;

VII – um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

VIII – um representante da Secretaria de Assistência Social;

IX – um representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

X – um representante do Círculo de Pais e Mestres de Escolas Municipais;

XI – um representante de entidade esportiva relacionada a esportes aquáticos ou náuticos.

§ 1º Os órgãos e entidades de que tratam os incisos de I a XI indicarão seus representantes, para nomeação por decreto do Prefeito Municipal.

§ 2º As funções de membro do Conselho Municipal do Esporte e de membro de suas comissões são consideradas serviço público relevante, não lhes cabendo qualquer remuneração.

§ 3º O representante do Poder Público ou de entidade da sociedade civil poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§ 4º Dos representantes que trata o inciso I, um deve ser, preferencialmente um professor de educação física da rede municipal de ensino.

**Art. 8º** A Mesa Diretora do Conselho será eleita dentre seus membros por meio de votação aberta.

**Art. 9º** O mandato dos membros do Conselho Municipal do Esporte é de dois anos, permitida uma recondução.

**Parágrafo único.** O membro do Conselho que deixar de comparecer, sem justificativa, a três sessões consecutivas ou a metade das sessões plenárias realizadas no período de um ano, perderá seu mandato.

**Art. 10º** O Conselho Municipal do Esporte reunir-se-á mensalmente, e, extraordinariamente, por convocação da Mesa Diretora ou da maioria dos Conselheiros, mediante manifestação escrita com antecedência mínima de 72 horas.

**Art. 11º** As deliberações do Conselho serão tomadas pelo voto da maioria dos Conselheiros presentes às sessões, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

**Parágrafo único.** As sessões do Conselho serão instauradas com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Conselheiros.

**Art. 12º** Das sessões do Conselho serão lavradas atas, assinadas pelos presentes e pelo Secretário Executivo.

**Art. 13º** O Conselho Municipal do Esporte pode constituir Comissões integradas por, no mínimo, um de seus membros e por profissionais de notório saber ou representantes de órgãos e entidades diretamente relacionados com o tema.

**Parágrafo único.** Cabe à Presidência do Conselho estabelecer a composição das comissões, bem como convidar profissionais ou órgãos e entidades a indicarem seus representantes.

**Art. 14º** A Secretaria Executiva será exercida preferencialmente por servidor da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.

**Art. 15º** No prazo de trinta dias, contados da data da publicação desta Lei, o Conselho aprovará seu regimento interno.

**Art. 16º** Para a consecução de suas finalidades, o Conselho Municipal do Esporte articular-se-á com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

**Art. 17º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 10 de outubro de 2011.

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Sigrid Inês Guthmann Pesenatto  
Secretária da Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 141, de 10 de outubro de 2011, que: “Cria o Conselho Municipal do Esporte do Município de Eldorado do Sul”.

A presente proposta tem por finalidade a criação do Conselho Municipal do Esporte, o qual poderá contribuir para o desenvolvimento de ações e projetos esportivos para toda a população do município, assim como auxiliar na organização da gestão, qualidade e democratização das decisões referentes ao esporte no município. Este conselho poderá realizar debates, apresentar informações, propostas e sugestões ao gestor municipal.

O Conselho Municipal do Esporte auxiliará na permanência das ações já implementadas na área, evitando que as políticas públicas já existentes sofram influências político partidárias, quando da alternância de partidos políticos na gestão do município.

O aludido conselho, também, exercerá o controle social da execução de políticas públicas no município. Além disso, preencherá uma lacuna existente nos processos de financiamento esportivo para as associações dos diversos segmentos esportivos, visto que grandes partes dos editais para financiamento de Projetos exigem a assinatura do Conselho Municipal do Esporte.

Sendo assim, contando com a costumeira atenção, aguardamos Vossa manifestação com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**  
Prefeito Municipal